BARREIRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO DE CASO

Tenely Cristina Froehlich Froehlich [1]

Claudete da Silva Lima Martins [2]

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo investigar as barreiras à inclusão e participação para a aprendizagem de uma aluna com Síndrome de Down que está frequentando o Curso Normal em uma escola do município de Dom Pedrito. O trabalho de pesquisa foi realizado por meio de um estudo de caso seguindo a abordagem qualitativa, através de duas entrevistas, sendo uma com uma colega da aluna e outra com o pai da mesma. A aluna com Síndrome de Down ingressou nessa escola no início deste ano, dois mil e dezoito, a partir daí encontra muitos obstáculos à sua inclusão e aprendizagem. Com esta pesquisa foram detectadas as principais barreiras, problemas e dificuldades presentes no ambiente escolar que impedem o pleno desenvolvimento, participação e inclusão dos alunos com deficiência, neste caso, a Síndrome de Down, pois sabemos que embora cada aluno tenha seu ritmo de aprendizagem, e que isto deve ser respeitado pela escola e seus segmentos, sendo com deficiência ou não, muitas vezes os alunos acabam ficando à margem em um processo de exclusão.

Palavras-chave: Inclusão, Barreiras, Síndrome de Down

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

BARREIRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO DE CASO

[1] Aluno de pós-graduação. froehlicht@hotmail.com. Autor principal

[2] Docente. claudetemartins@unipampa.edu.br. Orientador

BARREIRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO DE CASO

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar as barreiras à aprendizagem e participação de uma aluna de dezoito anos, com Síndrome de Down, que está frequentando o Curso Normal em uma escola da rede pública estadual do município de Dom Pedrito, trazendo uma reflexão em torno da inclusão educacional da mesma.

A aluna com Síndrome de Down ingressou na escola no início deste ano, (2018). Desde então, a escola apresenta uma resistência no trabalho com a mesma, tendo muitas dificuldades em norteá-lo, pois a aluna precisa de um tutor em tempo integral para auxiliar e direcionar o trabalho pedagógico, devido ao déficit de atenção, tem dificuldade em concentrar-se e realizar as atividades da sala de aula de forma individual, além de outras dificuldades comuns às pessoas com esta síndrome.

Durante quase todo o percurso escolar, no ensino fundamental, a aluna foi acompanhada por uma tutora que a auxiliava na realização das atividades em sala de aula, este profissional era custeado pela família, contudo no momento, esta não tem mais condições financeiras para continuar custeando a tutora particular.

Atualmente, a aluna com Síndrome de Down encontra-se sozinha no ambiente escolar, o qual se adaptou muito bem, e gosta, sente prazer em estar, porém está trazendo muitos problemas, pois a escola não oferece condições no direcionamento do trabalho com a mesma.

Com isto, esta pesquisa se embasa nos obstáculos presentes para a participação e inclusão dos alunos com deficiência, neste caso, a Síndrome de Down.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no mês de agosto de dois mil e dezoito, por meio de um estudo de caso. Conforme Lüdke e André (1986), neste tipo de pesquisa, o pesquisador estuda um único caso em particular, "o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo", tendo como finalidade retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total.

Esta pesquisa segue a abordagem qualitativa, onde existe a interação entre a realidade e a subjetividade do sujeito, procurando compreender e interpretar como o ser humano se relaciona com o mundo, conforme Günther (2006).

O objeto de estudo em questão foi uma jovem de dezoito anos, com Síndrome de Down, matriculada na rede estadual do município de Dom Pedrito, que está frequentando o Curso Normal.

Os sujeitos desta pesquisa foram uma colega que frequenta a sala de aula em que a aluna com Síndrome de Down encontra-se inserida e o pai da mesma.

A entrevista com a colega da aluna com Síndrome de Down baseou-se nos seguintes questionamentos: Como você vê a inclusão escolar atualmente? Como é o relacionamento da sua colega com os demais segmentos da escola? Como você observa o desempenho de sua colega em sala de aula? Quais são as dificuldades que você observa para a concretização do aprendizado por sua colega e inclusão da mesma?

Com o pai da aluna foram realizados os questionamentos: Como foi o desempenho escolar da sua filha no Ensino Fundamental? Como você observa a inclusão de sua filha no Curso Normal? Quais obstáculos e dificuldades estão presentes no processo de inclusão da sua filha?

A partir dos dados coletados foi realizada a análise de conteúdo conforme Bardin (1977), o que consiste em um método para investigação de um objeto, em que se realiza a pré-análise, a exploração do material, a inferência e a interpretação de resultados.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Com as entrevistas realizadas foram obtidos resultados a partir da coleta de dados a fim de serem analisados.

A colega de sala de aula, quando questionada sobre a inclusão escolar atualmente, disse que consegue ver mais a exclusão do que a inclusão nas escolas em geral, não somente dos alunos com deficiência, mas a exclusão de todos os diferentes.

Quanto ao relacionamento da aluna com Síndrome de Down no universo escolar, disse que ela é muito carinhosa, simpática e conquista todos ao seu redor, inclusive tem uma atividade em que cada grupo de alunas do Curso Normal, durante a semana, realiza o recreio monitorado na escola, e que quando isto compete ao grupo da aluna com Síndrome de Down, os alunos gostam muito, pois ela direciona as brincadeiras e brinca junto com eles.

Quanto ao desempenho em sala de aula, a colega da aluna com Síndrome de Down conta que a mesma passa a maior parte do tempo sem fazer nenhuma atividade e isso, às vezes, a deixa aborrecida e com vontade de ir para casa. Tem alguns professores que levam atividades diferenciadas para ela, mas a maioria não faz isto. A maioria das atividades diferenciadas não coincide com conteúdo que toda a turma está trabalhando, porém, alguns professores fazem a aula adaptada usando material concreto e de forma mais sintetizada, mas isso não é feito em todas as aulas. A colega acredita que isso seja muito ruim, pois a aluna com Síndrome de Down se sente desmotivada e isso pode fazer com que ela acabe perdendo o gosto pela escola.

É através de interações sociais que qualquer indivíduo aprende, com a pessoa com Síndrome de Down não é diferente, para Vygotsky (1997), o meio mais adequado para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais é a escola comum, mas somente colocar a criança nesse espaço não é suficiente, pois sempre se deve repensar as práticas existentes no contexto escolar, de forma que se possibilite a todos os aprendizes a construção coletiva de conhecimentos, valores, aceitação das diferenças e atitudes.

Conforme a proposta do Ministério de Educação e Cultura (MEC), o desenvolvimento de uma criança com Síndrome de Down geralmente é bastante semelhante ao de uma criança sem a síndrome, porém as etapas são atingidas em um ritmo mais lento, acredita-se que em outras fases do desenvolvimento, seja adolescente ou adulto, nesse caso, a aprendizagem também seja consolidada com limitações que vão sendo superadas lentamente.

A respeito das dificuldades encontradas, a colega disse que acredita ser a falta de vontade e acomodação dos professores, que não demonstram nenhum interesse em incluir a aluna com Síndrome de Down, também ressaltou que a mesma se distrai com facilidade, quando está fazendo alguma atividade, se isto lhe é oferecido, é necessário que chamem a sua atenção o tempo todo e muitas vezes, isso não acontece, pois a aluna fica dispersa e sem realizar o trabalho.

Conforme Schwartzman (1999), como o aluno com Síndrome de Down não possui autonomia para resolver situações do cotidiano, necessita de constante acompanhamento através da mediação para que consiga se desenvolver e construir a aprendizagem. Isto é, por causa desses comprometimentos, que podem acontecer até mesmo com pessoas sem a

Síndrome de Down e que muitas vezes apresentam dificuldades, ou seja, neste caso a aprendizagem se dá em ritmo mais lento.

O pai, quando questionado sobre o desempenho escolar da sua filha no Ensino Fundamental, disse que foi um processo lento, mas que a menina aprendia e conseguiu concluir o Ensino Fundamental, que houve problemas, mas quanto à aprendizagem sempre conseguia, desde que seu nível fosse respeitado e que a mesma aprendeu muito no universo escolar.

O pai disse estar preocupado, pois há poucos dias foi chamado na escola para uma reunião com a supervisora e a professora do Atendimento Educacional Especializado, onde essas duas profissionais disseram que aluna não apresenta condições de estar no Curso Normal, argumentam que a mesma não tem maturidade, discernimento e capacidade para realizar as atividades que o curso profissionalizante exige, já que não tem autonomia para a realização dessas atividades, além de não apresentar a postura adequada de uma futura professora. As professoras ainda disseram acreditar que a aluna não tenha aprendido durante seu percurso escolar, pois durante as aulas na sala de Atendimento Educacional Especializado observa que a mesma não assimila o que lhe é ensinado e não demonstra entendimento.

O pai disse também que, nessa mesma reunião, que pensava ser para ajudar na inclusão de sua filha, as profissionais da escola sugeriram que ele a encaminhasse para ser atendida na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O pai complementou dizendo acreditar que os professores da sua filha insinuam que a mesma não está alfabetizada, ele ainda questiona isso, pois "se a filha não sabe ler como se comunica através de escrita e leitura em redes sociais e nas mais diversas situações do seu cotidiano?"

Como sabemos, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) foi o marco inicial para que as instituições escolares começassem a pensar na inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, trazendo em seu artigo 205 a educação como um direito de todos sem nenhum tipo de discriminação. Isto é: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Embora todo o respaldo, conforme as legislações, desde 1988, ainda assim nos deparamos com situações frustrantes no ambiente escolar, como o caso da tentativa ou mesmo a consolidação da exclusão dessa clientela que já superou muitas barreiras para chegar no momento atual com dignidade e direitos respeitados.

Quanto aos obstáculos e dificuldades encontradas a respeito da inclusão, o pai acredita que no momento, seja a falta de interesse por parte dos segmentos escolares em geral, não somente na sala de aula, pois na outra escola, onde a aluna estudou, sempre buscavam incluí-la em todas as atividades, mesmo que, às vezes, isso não fosse possível.

Para Mantoan (2006), o aluno precisa ser visto como alguém que pode se desenvolver sem pensar nas diferenças, as dificuldades encontradas não pode restringir a aprendizagem, mas devem ser reconhecidas a fim de encontrar as soluções.

Outro problema apontado pelo pai, é que a aluna com Síndrome de Down necessita de um tutor em tempo integral, para auxílio no trabalho pedagógico, pois foi comprovado por outros profissionais, que a mesma tem déficit de atenção, contou também que foi feito o pedido judicialmente através da Defensoria Pública, e que este pedido foi deferido pela justiça, agora aguarda pela Coordenadoria Regional para que seja atendida essa necessidade da sua filha.

O pai disse que problemas são muitos, a maioria das aulas não são adaptadas ao nível da aluna, os professores dizem não ter preparo para trabalhar com ela e a professora do Atendimento Educacional Especializado acredita que a aluna não tem capacidade para estar

cursando o Curso Normal, pois observa que a mesma não aprende os conteúdos desenvolvidos e que tem atitudes muito infantis para sua idade.

Outro aspecto importante ressaltado pelo pai, é que no início do ano letivo, ficou combinado por parte da professora do Atendimento Educacional Especializado e a supervisora da escola que os professores iriam enviar por e-mail, os textos a serem lidos nas diversas disciplinas, em forma mais resumida, para que a aluna fizesse um estudo prévio, dessa forma facilitaria o trabalho em sala de aula, porém desde o início do ano letivo até o momento, aluna com Síndrome de Down recebeu apenas dois textos.

Durante muito tempo a sociedade postulou a imagem das pessoas com Síndrome de Down como incapazes, fazendo com que tivessem privações sobre experiências fundamentais para o seu desenvolvimento, hoje fica comprovado que elas podem atingir os mais elevados níveis de desenvolvimento, desde que estimuladas precocemente.

Ao pensar em pessoas com deficiência, mais especificamente as com Síndrome de Down, um dos aspectos mais importantes para a garantia dos direitos humanos é a inclusão. É por meio de uma educação eficaz que o sujeito vai aprender e compreender o mundo que o cerca, vivendo com dignidade desenvolvendo-se profissionalmente e comunicando-se com os demais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Carvalho (1999), "barreiras à aprendizagem são obstáculos que se impõem aos alunos, criando-lhes dificuldades no aprender", assim podemos perceber que as atitudes, muitas vezes vêm discriminar e rotular o aluno como incapaz e fracassado quanto ao ato de aprender.

Retomando objetivo deste trabalho, que é investigar as barreiras à aprendizagem e participação de uma aluna com Síndrome de Down que frequenta o Curso Normal, através da análise dos dados coletados é possível perceber que existem diversas barreiras atitudinais por parte dos segmentos escolares, pois a aluna com Síndrome de Down é vista como uma pessoa que não aprende, porém não foi observado, em nenhum momento, que houvesse incentivo para que a mesma evolua em sua caminhada, nesse caso, o Curso Normal.

Ainda podemos observar mais frustrante a situação de que essa aluna deve ter uma "postura de professora", nos faz refletir sobre "O que é ter postura de professor?" será que todos os alunos que ingressaram na turma onde a aluna com Síndrome de Down está inserida, têm uma postura de professor?

Atualmente é possível reconhecer que o indivíduo com Síndrome de Down, apesar de suas limitações, consegue aprender como qualquer um, desde que incentivado para isso.

Outra questão apontada é a imaturidade para certas ações da sala de aula do Curso Normal, conforme Schwartzman (1999), a criança com Síndrome de Down não desenvolve estratégias espontâneas para tomar decisões, iniciar uma ação, solucionar problemas e encontrar soluções, além de não elaborar um pensamento abstrato. A idade cronológica é diferente da funcional, por isso não se deve esperar dela uma resposta igual à de uma criança sem a síndrome. Assim, para Schwartzman:

> O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente. (SCHWARTZMAN, 1999, p. 246)

Um dos principais recursos para a aprendizagem da pessoa com Síndrome de Down, assim como outras, é o uso dos materiais concretos para o seu desenvolvimento e

aprendizagem, pois cada indivíduo tem o seu tempo para adquirir a maturidade, e isto deve ser respeitado e considerado no ambiente escolar.

Conforme Lima e Silva, não podemos desconsiderar a singularidade de cada aluno, pois essa é uma barreira atitudinal que interfere no seu desenvolvimento.

Acredita-se que os segmentos escolares devem se desapegar da barreira atitudinal da ignorância, que é "o desconhecimento que se tem de uma dada deficiência, das habilidades e potenciais daquele que a tem," conforme Tavares (2013).

Para Carvalho (2007), a equidade implica educar de acordo com as diferenças e necessidades de cada indivíduo, sendo associada à igualdade de direitos, por isso pensa-se que o professor não pode oferecer as mesmas oportunidades a todos os alunos, sem pensar nas diferenças, porém pode sim, diversificar o trabalho para que não prejudique a aprendizagem de ninguém.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Edições 70, 1977.

CARVALHO, Rosita E. **Educação Especial: Tendências Atuais.** Ministério da Educação (MEC), 1999.

CARVALHO, Rosita E. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

GÜNTHER, Hartmut. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Vol. 22 n. 2. Pp. 201-210, 2006.

LIMA, Francisco J.; SILVA, Fabiana. T. S. **Barreiras Atitudinais: Obstáculos à Pessoa com Deficiência.** Disponível em: https://www.deficienteciente.com.br/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html Acesso em: 04 de setembro de 2018.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Egler **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

SCHWARTZMAN, J.S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

VYGOTSKY, L.V. (1996). **Pensamento e linguagem.** 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes.

TAVARES, Fabiana. **Barreiras Atitudinais e a Recepção da Pessoa com Deficiência.** Disponível em:**http://www.cultura.pe.gov.br/wpcontent/uploads/2016** Acesso em: 04 de setembro de 2018.